



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATA Nº 44, DE 7 DE AGOSTO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

1 Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, no
2 edifício do Conselho Nacional de Educação (CNE), com sede na Avenida L2 Sul, Quadra 607,
3 em Brasília, e, virtualmente, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão de Trabalho da
4 Câmara de Educação Superior (CES), com a participação presencial dos Conselheiros Otavio
5 Luiz Rodrigues Jr. (Presidente da Câmara), Henrique Sartori de Almeida Prado, Maria Paula
6 Dallari Bucci e Paulo Fossatti, e com a participação virtual dos Conselheiros Celso Niskier,
7 Elizabeth Regina Nunes Guedes, Luciane Bisognin Ceretta (Vice-Presidente da Câmara),
8 Ludhmila Abrahão Hajjar, Marcus Vinicius David, Mauro Luiz Rabelo e Monica Sapucaia
9 Machado. Registrada a ausência do Conselheiro André Guilherme Lemos Jorge, foi declarada
10 aberta a Sessão de Trabalho da CES. O Presidente da CES, Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues
11 Jr., iniciou prestando cumprimentos e dando boas-vindas aos Conselheiros presentes. Saudou
12 os convidados Ulysses Tavares Teixeira, Diretor de Avaliação da Educação Superior do
13 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e Daniel de
14 Aquino Ximenes, Diretor da Diretoria de Regulação da Educação Superior da Secretaria de
15 Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). Explicou que o encontro decorria de
16 deliberação anterior do colegiado, relativa à proporcionalidade, ao fator inibitório dos recursos
17 e às estatísticas da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA). Em seguida,
18 concedeu a palavra ao Conselheiro Paulo Fossatti. O Conselheiro Paulo Fossatti apresentou três
19 pontos centrais: primeiro, a existência de comissão única nas avaliações *in loco*, que gera
20 disparidades e falhas de atendimento; segundo, a atuação da CTAA, que em alguns casos
21 extrapola sua competência; e, terceiro, a dificuldade de aplicação do princípio da razoabilidade,
22 que não tem êxito nas instâncias recursais. Citou o Decreto nº 9.235/2017, a Portaria MEC nº
23 23/2017, a Portaria MEC nº 489/2021 e a Lei nº 9.784/1999, ressaltando ainda a Portaria MEC
24 nº 381/2025 como avanço regulatório. Recordou o histórico da comissão única e apontou que
25 persistem dificuldades quanto à análise restrita aos indicadores impugnados. Na sequência, o
26 Conselheiro Celso Niskier interveio, questionando se a CTAA teria tendência a reduzir
27 conceitos, o que poderia indicar viés negativo e desestimular a interposição de recursos por
28 temor de retaliação. Defendeu, por isso, a realização de estudo estatístico pelo Inep para
29 verificar a hipótese. Após sua manifestação, o Conselheiro Henrique Sartori de Almeida Prado
30 destacou que a alteração da Portaria Inep nº 20/2024 já havia trazido avanços, mas defendeu
31 que a Seres apresente justificativas mais consistentes ao impugnar os relatórios. Em seguida, o
32 Diretor Ulysses Tavares Teixeira apresentou a estrutura da CTAA, formada por dez
33 subcolegiados, além de colegiados específicos e temporários, com cento e quatorze docentes
34 nomeados por portaria do Ministro da Educação e todos os integrantes do Banco de Avaliadores
35 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Ressaltou que todos os
36 membros recebem capacitação e têm sua atuação monitorada. Informou que, desde janeiro de
37 dois mil e vinte e três até julho de dois mil e vinte e cinco, foram realizadas, em média, trezentas



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATA Nº 44, DE 7 DE AGOSTO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

38 e cinquenta reuniões por ano, com análise de três mil trezentos e quinze recursos — sendo dois
39 mil trezentos e um de instituições, oitocentos e dois da Seres e duzentos e doze de ambos. Desse
40 total, dois mil setecentos e noventa e cinco conceitos foram mantidos, cento e sete reduzidos e
41 quatrocentos e treze aumentados. Nos conceitos contínuos, vinte e nove foram mantidos, mil
42 cento e noventa e três reduzidos e dois mil e noventa e três aumentados. Destacou que os dados
43 afastam a hipótese de viés negativo e reforçou que a CTAA delibera apenas sobre indicadores
44 impugnados, com pautas e atas publicadas no portal do Inep. O Conselheiro Celso Niskier
45 retomou a palavra para pedir esclarecimentos sobre os números e perguntou se, nas
46 impugnações da Seres, haveria predominância de reduções. O Diretor Ulysses Tavares Teixeira
47 respondeu que as reduções ocorrem quando a Seres identifica problemas confirmados pela
48 CTAA e que, no caso das instituições, também podem ocorrer aumentos de conceitos,
49 dependendo das inconsistências apontadas. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes
50 interveio questionando se a redução de conceito em dimensão não impugnada configuraria erro
51 material. O Diretor Ulysses Tavares Teixeira esclareceu que a CTAA só pode alterar
52 indicadores impugnados e, caso uma falha comprometa outros, a decisão correta é anular o
53 relatório e devolver o processo para nova avaliação. Na sequência, a Conselheira Elizabeth
54 Regina Nunes Guedes questionou sobre a autonomia do CNE para discordar das avaliações da
55 CTAA. O Diretor Ulysses Tavares Teixeira respondeu que sua opinião é que as decisões da
56 comissão são irrecorríveis, cabendo ao CNE revisar apenas a decisão administrativa da Seres,
57 e não o resultado técnico da avaliação. O Presidente da CES, Otavio Luiz Rodrigues Jr.,
58 formulou *ad hoc*, a pedido do Conselheiro André Guilherme Lemos Jorge, o seguinte
59 questionamento: se, em caso de impugnação exclusiva da instituição de ensino, seria possível
60 a ocorrência de *reformatio in pejus*. O Diretor Ulysses Tavares Teixeira foi categórico ao
61 afirmar que não cabe reforma para pior em recurso que não trate do ponto alterado, sendo,
62 nesses casos, necessário anular o relatório e reiniciar o processo com nova visita. Prosseguindo,
63 explicou que os pareceres da CTAA seguem modelo padronizado, com sumário, análise e voto
64 sobre cada indicador impugnado, devendo a decisão ser unânime nos subcolegiados. Quando
65 há divergência, o processo é remetido ao colegiado deliberativo. Acrescentou que o sistema
66 registra automaticamente as alterações, permitindo monitoramento pela Secretaria Executiva,
67 que acompanha todas as reuniões. Reconheceu, entretanto, que o instrumento de avaliação
68 vigente limita a aplicação da razoabilidade, por exigir evidências formais em documentos
69 específicos, ponto que vem sendo discutido nos novos instrumentos. O Diretor Daniel de
70 Aquino Ximenes, com a palavra, elogiou o trabalho do Inep, destacando a necessidade de
71 revisão dos instrumentos de avaliação *in loco*. Ressaltou as fragilidades dos indicadores e a
72 incoerência dos conceitos basilares da Portaria MEC nº 20, superada pela Portaria MEC nº
73 381/2025. Observou que a concentração de conceitos quatro e cinco reduz a capacidade
74 discriminatória da avaliação e sugeriu a criação de espaço de interlocução entre instituição e



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATA Nº 44, DE 7 DE AGOSTO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

75 avaliadores antes da conclusão do relatório, a fim de diminuir recursos encaminhados à CTAA.
76 Em continuidade, o Diretor Ulysses Tavares Teixeira informou que está em andamento projeto
77 de mudanças para ampliar a confiabilidade das avaliações, incluindo comissões híbridas,
78 relatórios disponibilizados às instituições e possibilidade de pedido breve de reanálise.
79 Defendeu que o papel da CTAA seja reformulado para também orientar a aplicação dos
80 instrumentos, acompanhar ciclos avaliativos e integrar resultados do Exame Nacional de
81 Desempenho de Estudantes (Enade) e da autoavaliação, com início previsto em dois mil e vinte
82 e seis. O Conselheiro Henrique Sartori de Almeida Prado observou que, com o instrumento de
83 dois mil e dezessete, muitas instituições buscavam apenas nota três, mas que, com as mudanças,
84 a maioria passou a alcançar notas quatro e cinco, tornando-as regra. Sugeriu discutir a validade
85 temporal dos instrumentos, à semelhança do modelo quadrienal da Capes. Em resposta, o
86 Diretor Ulysses Tavares Teixeira lembrou que a Lei do Sinaes prevê ciclo trienal para o Enade
87 e defendeu o alinhamento das avaliações *in loco* a esse mesmo prazo. Informou que, em dois
88 mil e vinte e dois, havia cerca de oito mil processos acumulados e mil e cem recursos na CTAA,
89 mas que atualmente o estoque está zerado, com média de duzentos e cinquenta processos
90 mensais em tramitação. Ressaltou ainda que os resultados das avaliações *in loco* mostram
91 predominância de conceitos quatro e cinco, o que limita a capacidade discriminatória,
92 defendendo, por isso, a criação de objetos específicos por área da Cine Brasil e o uso de
93 comissões maiores e mistas. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes elogiou a proposta
94 de avaliação anual de todos os cursos com instrumentos específicos, destacando a importância
95 de valorizar as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). Em seguida, a Conselheira Maria
96 Paula Dallari Bucci ressaltou a relevância de envolver a Comissão Nacional de Avaliação da
97 Educação Superior (Conaes) nos debates, lembrando sua participação na concepção do sistema
98 e na redação do Decreto nº 5.773/2006. Defendeu um ciclo avaliativo inspirado na experiência
99 da Capes, criticou a revogação do decreto em dois mil e dezessete e destacou a necessidade de
100 retomar a cultura de avaliação, com prioridade para cursos estratégicos como medicina. Como
101 encaminhamento, o Presidente Otavio Luiz Rodrigues Jr. propôs que o Conselheiro Paulo
102 Fossatti sintetizasse as conclusões em documento a ser divulgado, destacando a importância
103 dos dados apresentados para reduzir tensões entre regulados e reguladores. Em suas
104 manifestações finais, o Diretor Ulysses Tavares Teixeira afirmou que a proposta é integrar
105 avaliação *in loco*, Enade, autoavaliação e demais indicadores em uma cesta multidimensional,
106 mencionou estudo para novo cálculo do conceito Enade e destacou o Exame Nacional de
107 Avaliação da Formação Médica (Enamed), que em dois mil e vinte e quatro teve cerca de
108 quarenta mil participantes. O Diretor Daniel de Aquino Ximenes reforçou a relevância do
109 diálogo entre CNE, Seres e Inep diante das recentes mudanças regulatórias, ressaltando o papel
110 essencial do CNE em pareceres e resoluções, especialmente sobre educação a distância. Por
111 fim, o Presidente Otavio Luiz Rodrigues Jr. agradeceu os convidados e encerrou a reunião,



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATA Nº 44, DE 7 DE AGOSTO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho

112 destacando a importância do debate para o aprimoramento das políticas de avaliação e
113 regulação da educação superior. Sem outras manifestações, às doze horas, a Sessão foi
114 encerrada e para constar, eu, Twan Johnson Ferreira Brito, lavrei esta ata que, uma vez
115 aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente da sessão, Conselheiro
116 Otavio Luiz Rodrigues Jr.. Brasília, sete de agosto de dois mil e vinte e cinco.